05/05/2015 - O Rei está nu



Por Alberto Machado*

Desde sempre é voz geral que o grande problema da falta de competitividade brasileira tem como razão central a famosa tríade maldita: Juros, câmbio e tributos. Mas, se tanto se fala, tanto se estuda, tanto se propõe e nada acontece, devem existir outras causas mais profundas.

Os fatores da citada tríade, agravados por nossa precária infraestrutura, são considerados os vilões de nossa estagnação econômica porque estão na face visível do problema, mas estão longe de representarem a causa-raiz.

Se um determinado remédio é ministrado por um longo tempo e não faz efeito contra os sintomas de uma doença, ou é porque é inadequado ou o diagnóstico está errado.

No caso da falta de competitividade, abrindo um pouco mais a lente, vamos nos deparar com outro conjunto de três fatores, que certamente antecedem os demais e estão no epicentro desse terremoto que não permite que nossa economia encontre um solo firme.

Analisando desse ângulo mais aberto, lá estão: a burocracia, a incompetência e a corrupção, não necessariamente nesta ordem, até porque os três fatores são extremamente sinérgicos e autoalimentantes de tal forma que cada um deles potencializa os outros dois e assim por diante.

A burocracia esconde a incompetência: Decisões demoradas, várias idas e vindas, organogramas contendo interseções de responsabilidades, exigência de inúmeras licenças, diversos níveis de fiscalização, muitas obrigações acessórias, entre outras, ao invés de contribuir para a transparência dos processos, torna-os cada vez mais obscuros e torna difusa a cobrança na matriz de responsabilidades.

Por conta desse fato, abrem-se as portas para a incompetência e para a corrupção. Deixa-se de executar por causa da burocracia, quando na verdade falta gestão, coragem para assumir uma decisão ou insegurança para acolher uma alternativa.

Por sua vez, a corrupção também é alimentada pela incompetência, pois processos mal conduzidos, muitas vezes sem nenhum dolo, abrem margens para “jeitinhos”, nem sempre muito ortodoxos, que geralmente escondem interesses difusos.

A incompetência abre brecha para decisões políticas, facilmente contestáveis se demonstrada sua inviabilidade ou inconsistência com base em fatos concretos, na legislação ou nas melhores práticas vigentes. Mas, para subsidiar argumentos é preciso profundo conhecimento do tema e experiência adquirida, sempre usados dentro dos devidos princípios éticos.

A corrupção e a incompetência aumentam cada vez mais a burocracia, com a falsa finalidade de dar mais segurança aos processos, quando, na verdade, viabilizam mal feitos dando-lhes compatibilidade com a legislação vigente, no conhecido caso em que: É legal, mas não é ético. Contratos mal estruturados e cheios de cláusulas inúteis, editais mal elaborados, pouca padronização, falta de investimento em planejamento, estudos de viabilidade precários, decisões tomadas para agradar essa ou aquela corrente política ou plano de poder, furos constantes nos orçamentos, milhares de aditivos contratuais, falhas nos acompanhamentos físico e financeiro, entre outros fatores, podem configurar, conforme o caso, tanto incompetência quanto interesses transversos.

Quando um país gasta muito, errado, superfatura ou trabalha sem eficiência e com desperdícios, precisa arrecadar mais e aumentam-se os impostos.

Para acomodar interesses difusos pagam-se propinas aos corruptos e oferecem-se cargos aos “honestos”, que, muitas vezes, por pouca afeição às atividades a serem desempenhadas, ficam reféns de sua posição, salário e poder: “Jabuti não sobe em árvore. Se ele está lá é porque alguém o colocou”.

Quando um país precisa de mais recursos, toma emprestado e, para isso, aumentam-se os juros ou então usa este recurso para combater a inflação e a indústria perde em competitividade.

Após descontar o que o Brasil perde nos intrincados mecanismos de corrupção e nas inúmeras idas e vindas dos meandros burocráticos, o pouco que sobra é mal utilizado.

E, infelizmente, tudo vai continuar como está até aparecer aquela criança do conto do Christian Andersen e avisar que o Rei está nu.

*Alberto Machado é diretor de Petróleo, Gás, Bioenergia e Petroquímica da ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
www.abimaq.org.br

Foto: divulgação
Comunicação Abimaq